MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Aviso n.º 183/2004

Por ordem superior se torna público que, em 3 de Fevereiro e em 12 de Agosto de 2004, foram emitidas notas, respectivamente pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e pela Embaixada da República Federativa do Brasil, em que se comunica terem sido cumpridas as respectivas formalidades constitucionais internas de aprovação do Acordo de Cooperação para a Prevenção e a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Lisboa, em 11 de Julho de 2003.

Por parte de Portugal o Acordo foi aprovado pelo Decreto do Governo n.º 42/2003, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 218, de 20 de Setembro de 2003.

Nos termos do artigo 10.º do Acordo, este entrou em vigor no dia 3 de Outubro de 2003.

Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, 21 de Outubro de 2004. — O Director-Geral, *José Duarte Sequeira e Serpa*.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Acórdão n.º 7/2004 — Recurso n.º 3668/2003

I

1.1 — Armando de Almeida Ferreira interpôs recurso de fixação de jurisprudência para o pleno das secções criminais do Supremo Tribunal de Justiça, ao abrigo do n.º 2 do artigo 437.º e do n.º 1 do artigo 438.º do Código de Processo Penal (CPP), de acórdão da Relação de Lisboa (processo n.º 3483/03-A, 5.ª Secção) invocando oposição entre a solução dada por esse aresto à questão do regime de subida do recurso respeitante às questões prévias ou incidentais conhecidas na decisão instrutória e a solução encontrada por Acórdão de 14 de Março de 2000, da mesma Relação (processo n.º 1196/2000, 5.ª Secção, *Colectânea de Jurisprudência*, ano XXV, vol. II, p. 141).

Respondeu a assistente, Direcção-Geral do Tesouro, sustentando a decisão recorrida.

1.2 — Teve vista o Ministério Público que, além do mais, promoveu notificação do recorrente para dar cumprimento ao ónus constante do artigo 412.º do CPP.

Ordenada tal notificação do recorrente (Acórdão de fixação de jurisprudência de 30 de Março de 2000 — *Diário da República* de 27 de Maio de 2000), veio ele a concluir:

«Os recursos da decisão instrutória na parte relativa às questões prévias e incidentais sobem imediatamente.»

Pronunciou-se, então, o Ministério Público pela rejeição do recurso.

1.3 — Na conferência a que alude o n.º 2 do artigo 440.º do CPP, foi decidido, por Acórdão de 4 de Março de 2004, desatender a questão prévia suscitada pelo Ministério Público e reconhecer a oposição dos dois acórdãos em relação à questão de direito enunciada.

III

Cumprido o disposto no artigo 442.º do CPP, vieram a ser apresentadas alegações.

3.1.1 — Nelas concluiu o Ministério Público:

a) Qualquer das soluções em oposição funda-se em argumentos juridicamente válidos face às disposições legais convocadas, sendo que nenhuma delas consegue realizar plenamente os princípios processuais convocados, economia e celeridade processuais.

Por isso, há que escolher aquela que, numa visão global, conduz à satisfação mais completa dos ditos princípios ou, noutra perspectiva, aquela que, privilegiando um deles, importe a menor lesão possível do outro.

b) A opção pela subida diferida tem manifestamente vantagens em termos de celeridade processual, sendo que a justiça da decisão final pode conduzir à ultrapassagem de questões prévias e incidentais suscitadas durante a tramitação do processo.

c) A subida imediata dos recursos intercalares pode acarretar o risco de prolação de decisões contraditórias, colocando em causa a própria coerência e igualdade das decisões proferidas no mesmo processo, que são condições de realização da justiça.

d) Uma decisão concentrada e única de todas as questões colocadas nos recursos intercalares, conjunta com a matéria do recurso que vier a ser interposto da decisão final, apresenta-se como a solução que, envolvendo um perigo meramente eventual para a economia do processo, salvaguarda o valor essencial da celeridade, bem como permite assegurar uma melhor realização dos valores da igualdade e da coerência, que são inerentes ao conceito de justiça, valores estruturantes do nosso direito processual penal vigente.

e) O recurso interposto de decisão instrutória quanto a nulidades ou questões prévias sobe com o recurso da decisão que tiver posto termo à causa.

É este o sentido em que deve fixar-se a jurisprudência.

3.1.2 — Já o recorrente sustentou que:

a) A decisão instrutória, além de conter um despacho de pronúncia ou de não pronúncia, contém também a decisão sobre as nulidades e outras questões prévias ou incidentais que cumpria conhecer, i. e., a decisão sobre as nulidades e as questões prévias ou incidentais fazem parte integrante da decisão instrutória;

b) O artigo 407.º, n.º 1, alínea *i*), do CPP prevê expressamente que sobem imediatamente os recursos da decisão instrutória;

c) Deve ser fixada, assim, jurisprudência no sentido de que «os recursos da decisão instrutória na parte relativa às nulidades e às questões prévias e incidentais sobem imediatamente».

3.1.3 — Finalmente, a Direcção-Geral do Tesouro alegou e concluiu da seguinte forma:

A) A decisão sobre as questões prévias ou incidentais faz parte da própria decisão instrutória;

B) A decisão instrutória abrange a decisão das questões prévias e incidentais, porque também estas são necessárias para a decisão sobre se o processo há-de prosseguir ou não para a fase seguinte. A decisão destas questões inere à decisão instrutória;

C) A assistente vem propor que deve fixar-se jurisprudência no sentido de que abrangendo a decisão instrutória a decisão das questões prévias